

A DIFICULDADE DO DEFICIENTE AUDITIVO NO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO

AUTORES

Tiago Oliveira de Castro BATISTA

Discente da União das Faculdades dos Grandes Lagos – UNILAGO

Mariana Martins ORTEGA

Docente da União das Faculdades dos Grandes Lagos – UNILAGO

RESUMO

O atendimento odontológico a pacientes com deficiência auditiva enfrenta desafios significativos devido a barreiras comunicacionais. Apesar do Decreto nº 5.626/2005 garantir o direito ao atendimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras), a prática ainda carece de profissionais capacitados e estratégias de comunicação adequadas. A ausência de comunicação eficaz compromete a qualidade do atendimento, gerando frustração e insegurança nos pacientes, que podem evitar o tratamento, prejudicando sua saúde bucal. A inclusão de Libras nos currículos de cursos de odontologia e a capacitação contínua dos profissionais são essenciais para um atendimento mais inclusivo e respeitoso. A superação das dificuldades requer um esforço conjunto entre instituições de ensino, gestores e profissionais de saúde, promovendo mudanças culturais e estruturais para garantir uma comunicação clara e um atendimento de qualidade.

PALAVRAS - CHAVE

Deficiência auditiva, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Atendimento odontológico, Saúde bucal

1. INTRODUÇÃO

A acessibilidade aos serviços de saúde é um princípio fundamental que visa garantir que todos os cidadãos, independente de sua condição física, sensorial ou cognitiva, tenham acesso igualitário aos cuidados necessários (PAIVA et al., 2020).

Nessa perspectiva, a legislação representada pela lei nº 7.853/89 e pelo decreto nº 3.298/99, garante os direitos das pessoas com deficiência, promovendo sua plena participação na sociedade e estimulando mudanças tanto nas estruturas institucionais quanto nas atitudes em relação a inclusão. Dentro desse contexto diversificado, estão os surdos, cuja deficiência auditiva pode variar em grau de severidade, sendo diagnosticada por meio de audiograma, e incluindo desde perdas auditivas leves até severas (PEREIRA et al., 2017).

No Brasil, onde aproximadamente 6,7% da população enfrenta algum tipo de deficiência severa abrangendo deficiência visual, mental, motora ou auditiva, a deficiência auditiva se destaca como uma das condições mais prevalentes, afetando cerca de 5,1% dos brasileiros (PAIVA et al., 2020). Essa realidade coloca em evidência a necessidade permanente de abordar os desafios enfrentados pelos deficientes auditivos no acesso ao serviço de saúde.

As origens da deficiência auditiva são variadas e podem incluir causas congênitas, hereditárias, adquiridas ao longo da vida ou resultantes do processo natural de envelhecimento. Essa diversidade de fatores contribui para a complexidade do quadro clínico dos pacientes e a demanda de uma abordagem sensível e adaptada por partes dos profissionais de saúde. Entre as consequências dessa condição estão as deficiências secundárias, como alteração na fala, linguagem, cognição, emoções, interação social, educação, habilidades intelectuais e profissionais (AMORIM, ROCHA, FELIPE, 2017).

Para os surdos, esses direitos foram fortalecidos pelo decreto n.5.626/2005, que estabelece que o Sistema Único de Saúde (SUS) e as instituições de saúde devem assegurar atendimento completo a essa comunidade. Isso inclui a formação dos profissionais de saúde em Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou a disponibilização de intérpretes nos serviços de saúde (PEREIRA et al., 2017).

No entanto, quando se trata do atendimento odontológico a pessoas com deficiência auditiva, ainda há um longo caminho a percorrer para assegurar uma prestação de serviço verdadeiramente inclusa e eficaz. Além dos desafios inerentes a própria condição auditiva, pessoas com deficiência auditiva frequentemente enfrentam barreiras adicionais no acesso ao serviço de saúde, incluindo dificuldade de comunicação, falta de compreensão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e falta de treinamento específico por parte dos profissionais de saúde (AMORIN, ROCHA, FELIPE, 2017).

A situação atual dos serviços de saúde evidencia a falta de profissionais capacitados para uma comunicação eficaz com pessoas surdas. Poucos têm conhecimento da língua de sinais e das particularidades da cultura surda, e uma quantidade ainda menor se comunica por meio dessa língua (PADILHA, FEITOSA, ROCHA, 2022).

A comunicação é um pilar fundamental da sociedade, sendo essencial em todas as formas de interação. Para garantir uma comunicação satisfatória, é crucial que a mensagem seja transmitida e recebida com o mesmo significado podendo, podendo ser verbal ou não verbal. Essa comunicação é especialmente vital na prestação de assistência de qualidade, pois vai além da transmissão de informações para um atendimento conceitual, sendo também um meio de alcançar a subjetividade dos pacientes considerados especiais, que enfrentam barreiras de comunicação que podem prejudicar sua interação com os cirurgiões-dentistas. Na assistência odontológica a deficientes auditivos, são utilizadas diversas ferramentas de comunicação. O uso de um interlocutor, geralmente

um familiar ou amigo, é comum, porem pode resultar na perda de informações devido a falta de familiaridade com a terminologia medica ou a falta de fluência em língua de sinais (AMORIN, ROCHA, FELIPE, 2017).

Muita das vezes o profissional se dirige ao intérprete durante o atendimento, privando o paciente com deficiência auditiva de compreender os aspectos do seu processo de saúde, o que afeta a autonomia, dignidade e segurança podendo prejudicar o tratamento proposto. Essa falta de comunicação entre paciente surdo e profissionais odontológicos pode resultar em atendimento de baixa qualidade, questionável em sua eficácia e pode influenciar no diagnostico, tratamento e prognostico. É crucial que os profissionais odontológicos compreendam as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda para melhorar a interação entre paciente profissional, reduzindo o desconforto durante as consultas (PADILHA, FEITOSA, ROCHA, 2022).

Diante desse contexto, é fundamental explorar estratégias eficazes para melhorar a acessibilidade e a qualidade do atendimento odontológico a pessoas com deficiência auditiva. Sendo assim o objetivo deste trabalho foi fazer uma revisão da literatura sobre o acesso aos serviços de saúde por pessoas com deficiência auditiva.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo foi estruturada como revisão bibliográfica, concentrando-se nas dificuldades enfrentadas por deficientes auditivos no atendimento odontológico e em serviço de saúde em geral. A pesquisa foi realizada no Google Acadêmico, abrangendo artigos publicados nos períodos de 2009 a 2024. Foram selecionados artigos que discutissem diretamente as barreiras enfrentadas por deficientes auditivos em contexto de saúde. A análise dos dados envolveu uma abordagem qualitativa, identificando temas comuns relacionados a comunicação, acessibilidade e preparação dos profissionais de saúde. Não foram realizadas pesquisa de campo ou intervenções diretas com seres humanos, focando exclusivamente na analise de literatura existente para mapear os principais desafios e sugerir possíveis melhorias no atendimento odontológico para esta população.

3. REVISÃO DE LITERATURA

A trajetória histórica dos surdos foi marcada por inúmeras tragédias, preconceitos e exclusão social. Desde a Antiguidade, indivíduos surdos enfrentaram tratamentos desumanos, muitas vezes sendo condenados à morte simplesmente por não se encaixarem nos padrões sociais da época. Diferentes sociedades antigas, em suas visões limitadas, não reconheciam os surdos como indivíduos plenamente capazes e os consideravam inferiores por sua incapacidade de se comunicar da forma convencional. Isso os privava de direitos fundamentais, incluindo o direito à vida, como acontecia com outros grupos considerados "diferentes" ou "anormais" (MAIA, 2014).

Na Idade Média, apesar da cessação das condenações à morte, os surdos ainda não eram plenamente aceitos na sociedade. A incapacidade de comunicação verbal era vista como um obstáculo intransponível, o que justificava sua exclusão e marginalização. Durante esse período, a ideia de que os surdos não possuíam alma foi amplamente difundida, inclusive pela Igreja Católica, que via a fala e a audição como essenciais para a expressão da fé e da espiritualidade. Isso reforçava a percepção de inferioridade, privando essas pessoas não apenas da inclusão social, mas também do reconhecimento como indivíduos espirituais e dignos de direitos (MONTEIRO, SILVA, RATNER, 2016).

O impacto dessas concepções se estendeu por séculos, e a exclusão social dos surdos teve consequências profundas, particularmente no acesso à educação. No entanto, ao longo do tempo, com o avanço das ciências sociais e a evolução das políticas públicas, a percepção sobre os surdos começou a mudar. A educação, por

exemplo, que antes não era acessível a esses indivíduos, passou a ser vista como um direito fundamental, e, em várias partes do mundo, surgiram movimentos de inclusão educacional. No Brasil, essa transformação acompanhou uma evolução global que visava romper as barreiras impostas a pessoas com deficiência, estabelecendo novos paradigmas e garantindo a esses indivíduos não apenas o acesso ao aprendizado, mas também o direito à dignidade e à cidadania (RODRIGUES et al., 2024).

No âmbito clínico, a surdez é definida pela incapacidade parcial ou total de detectar sons, e pode ser classificada em dois tipos principais: a perda auditiva condutiva e a perda auditiva neurossensorial. A primeira, frequentemente causada por bloqueios no ouvido externo ou médio, como infecções ou acúmulo de cera, pode ser corrigida em muitos casos com tratamentos clínicos ou cirúrgicos. Já a segunda, que envolve danos mais profundos no ouvido interno, especificamente nas células ciliadas da cóclea, tende a ser mais complexa, podendo levar à perda auditiva irreversível. As causas da surdez variam entre congênitas – originadas no período gestacional por doenças como a rubéola ou pelo uso inadequado de medicamentos – e adquiridas, como resultado de infecções recorrentes ou uso prolongado de antibióticos inadequados (PADILHA, FEITOSA, ROCHA, 2022).

O impacto da perda auditiva é vasto, afetando milhões de brasileiros. Estima-se que mais de 10 milhões de pessoas no Brasil convivem com algum nível de perda auditiva, sendo que, dessas, cerca de 2,7 milhões sofrem de surdez profunda, o que significa a ausência total de audição. Esses números refletem a magnitude do desafio de inclusão enfrentado por essa população, que muitas vezes é deixada à margem, enfrentando dificuldades para acessar educação, saúde e oportunidades de trabalho (AMORIM, ROCHA, FELIPE, 2017).

A audição é um dos sentidos mais essenciais para o desenvolvimento humano, impactando diretamente a aquisição da linguagem, o desenvolvimento cognitivo e as habilidades sociais. Crianças com perda auditiva enfrentam dificuldades consideráveis na socialização e no aprendizado, especialmente se o diagnóstico e o tratamento da deficiência forem tardios. Os três primeiros anos de vida são considerados críticos para o desenvolvimento linguístico e cognitivo, e a falta de intervenções adequadas durante esse período pode resultar em atrasos significativos. No entanto, quando diagnosticada precocemente, a surdez pode ter seus efeitos minimizados, permitindo que a criança desenvolva formas alternativas de comunicação e socialização (RODRIGUES et al., 2024).

No contexto do atendimento odontológico, é essencial que os profissionais de saúde compreendam os diferentes graus de perda auditiva para fornecer um tratamento eficaz e humanizado. Segundo MONTEIRO, SILVA e RATNER (2016), os níveis de perda auditiva variam de leve a profunda, e cada grau requer uma abordagem específica no cuidado odontológico. A surdez leve, por exemplo, ocorre quando a perda auditiva é de 25 a 40 dB, enquanto a surdez profunda, conhecida como anacusia, ocorre quando a perda é superior a 91 dB. Esses pacientes, devido à sua condição, muitas vezes precisam de métodos de comunicação diferenciados durante o atendimento clínico, exigindo que os profissionais estejam preparados para lidar com suas necessidades particulares.

Além do aspecto clínico, a surdez também deve ser compreendida dentro de um contexto cultural e social. Não é apenas uma condição médica, mas também um elemento que molda a identidade de uma comunidade. A experiência da surdez vai além da perda auditiva, envolvendo a construção de uma identidade social e cultural, muitas vezes centrada na Língua Brasileira de Sinais (Libras). A Libras, mais do que um sistema de comunicação, é um símbolo de resistência e pertencimento para a comunidade surda. A língua de sinais é articulada neurologicamente nas mesmas áreas do cérebro que as línguas faladas, sendo igualmente complexa e estruturada. No Brasil, a Libras foi oficialmente reconhecida pela Lei nº 10.436/02, garantindo seu uso em diversas

esferas, inclusive no sistema educacional, promovendo a inclusão dos surdos na sociedade de forma digna e respeitosa (MIRANDA, SHUBERT, MACHADO, 2014).

As línguas de sinais, assim como as línguas orais, têm sua própria gramática e estrutura linguística, sendo recebidas pela visão e articuladas no espaço. Essa modalidade quiroarticulatória-visual diferencia-se fundamentalmente da língua oral, que utiliza o canal auditivo. O reconhecimento oficial da Libras no Brasil representou um grande avanço para a comunidade surda, garantindo não apenas o direito à comunicação, mas também o respeito à sua identidade cultural. Apesar da tendência global de abreviar línguas de sinais com siglas de três letras, como ASL (American Sign Language) e BSL (British Sign Language), a sigla Libras é mantida pela comunidade surda brasileira como uma afirmação de sua identidade e autonomia (RODRIGUES et al., 2024).

O atendimento odontológico a pacientes com deficiência auditiva envolve uma série de desafios que vão além das habilidades técnicas. O cerne da questão reside na comunicação, elemento essencial para garantir que o paciente compreenda os procedimentos a serem realizados e, consequentemente, sinta-se seguro e confiante durante o tratamento. A comunicação eficaz é um dos pilares para promover o cuidado de qualidade, especialmente quando se trata de grupos que historicamente enfrentam barreiras para acessar os serviços de saúde, como é o caso da comunidade surda (AMORIM, ROCHA, FELIPE, 2020).

Para os surdos, os direitos de acesso a serviços de saúde foram fortalecidos pelo Decreto nº 5.626/2005, que estabelece que o Sistema Único de Saúde (SUS) e as instituições de saúde devem assegurar um atendimento integral a essa comunidade. Isso inclui, obrigatoriamente, a formação dos profissionais de saúde em Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou, quando necessário, a disponibilização de intérpretes nos serviços de saúde, garantindo assim que a comunicação entre paciente e profissional seja adequada (PEREIRA et al., 2017). Este marco legislativo é um avanço na busca por equidade no atendimento, assegurando que as pessoas surdas tenham as mesmas oportunidades de acesso à saúde que os demais cidadãos.

Apesar das garantias estabelecidas por lei, a prática mostra que muitos pacientes surdos ainda enfrentam uma série de obstáculos ao buscar atendimento odontológico, principalmente relacionados à comunicação inadequada. Essa deficiência de comunicação não apenas compromete a qualidade do atendimento prestado, mas também afeta diretamente a autonomia do paciente. Quando o profissional de saúde não consegue se comunicar eficazmente, o paciente surdo pode se sentir excluído do processo de cuidado, sendo tratado de forma passiva, sem compreender plenamente os procedimentos que serão realizados ou as orientações que deve seguir após o tratamento (RAMOS & ALMEIDA, 2017).

No campo da odontologia, essa questão é ainda mais crítica, já que a interação precisa ser clara e precisa. Diferentemente de outras áreas da saúde, onde a comunicação verbal pode ser contínua ao longo do atendimento, na odontologia, os momentos de interação verbal são intercalados com procedimentos que exigem imobilidade e silêncio do paciente. Isso torna ainda mais desafiador o estabelecimento de um diálogo efetivo, principalmente com pacientes que dependem de leitura labial, Libras ou outros recursos visuais para se comunicar. Como resultado, a falta de preparo dos cirurgiões-dentistas para lidar com essas situações pode gerar frustrações, mal-entendidos e até negligência no autocuidado por parte do paciente (AMORIM, ROCHA, FELIPE, 2020).

Além disso, a ausência de comunicação eficaz interfere diretamente na relação de confiança entre o paciente e o cirurgião-dentista. A confiança é um elemento central no atendimento em saúde, pois, sem ela, o paciente pode hesitar em seguir as orientações profissionais ou, em casos mais extremos, evitar retornar ao consultório. Estudos apontam que, quando o profissional não domina Libras ou utiliza apenas métodos alternativos, como gestos, mímicas ou desenhos, o paciente surdo pode interpretar essa dificuldade de

comunicação como um desinteresse ou desrespeito à sua condição, o que reforça sentimentos de exclusão e insegurança (LOPEZ, GRIEBELER, VERGARA, 2020).

A presença de familiares ou intérpretes durante o atendimento odontológico, embora seja uma solução comum, pode interferir na relação direta entre o paciente e o profissional. A figura do intérprete, por mais necessária que seja em algumas situações, pode impactar a privacidade do paciente, especialmente em consultas que envolvem questões pessoais ou procedimentos mais invasivos. Além disso, o fato de o cirurgião-dentista se dirigir ao intérprete, em vez de diretamente ao paciente, pode passar uma impressão de que o paciente está sendo ignorado, o que afeta negativamente sua experiência no consultório. O ideal, portanto, seria que os profissionais de saúde estivessem capacitados para se comunicar diretamente com seus pacientes, sem a necessidade de intermediários, o que resultaria em um atendimento mais humanizado e respeitoso (PADILHA, FEITOSA, ROCHA, 2022).

A inclusão de disciplinas focadas em Libras e na comunicação com pacientes com deficiência auditiva nas grades curriculares dos cursos de saúde, incluindo odontologia, é uma necessidade urgente. Atualmente, muitos profissionais formam-se sem qualquer conhecimento prático sobre como interagir com essa comunidade, o que perpetua um ciclo de exclusão e atendimento ineficiente. A formação acadêmica deve ser reestruturada para que os futuros profissionais de saúde estejam preparados não apenas tecnicamente, mas também comunicacionalmente, garantindo um atendimento inclusivo e acessível a todos os pacientes (SOUZA et al. 2009).

Do ponto de vista legal, é importante destacar que o Decreto nº 5.626/2005 estabelece não apenas a obrigatoriedade da inclusão de Libras nos serviços de saúde, mas também a responsabilidade das instituições em capacitar seus profissionais para atender às demandas dessa comunidade. No entanto, a implementação dessa norma ainda é desigual, com muitos serviços de saúde não oferecendo suporte adequado aos pacientes surdos. A falta de estrutura e a ausência de programas de treinamento contínuos agravam a situação, deixando tanto os profissionais quanto os pacientes desamparados no processo de comunicação (PEREIRA et al., 2017).

O impacto emocional da falta de comunicação eficaz é outro aspecto que merece atenção. Pacientes surdos que não conseguem compreender claramente o que está sendo dito durante uma consulta ou procedimento odontológico frequentemente relatam sentimentos de ansiedade, constrangimento e até medo. Esses sentimentos podem ser exacerbados quando o paciente está sozinho, sem a presença de familiares ou intérpretes, o que agrava ainda mais o desconforto e pode resultar na rejeição ao tratamento. A longo prazo, a ausência de uma comunicação clara pode desencorajar o paciente a buscar assistência odontológica regular, o que impacta negativamente sua saúde bucal e seu bem-estar geral (SOUZA et al., 2020).

Diante desse cenário, é fundamental que haja um esforço conjunto entre instituições de ensino, gestores de políticas públicas e profissionais de saúde para transformar essa realidade. A inclusão de Libras como disciplina obrigatória nos cursos de odontologia e a capacitação contínua de profissionais que já atuam na área são medidas essenciais para garantir que a comunicação com pacientes surdos seja efetiva. Além disso, é crucial que as instituições de saúde ofereçam suporte adequado, como intérpretes capacitados e materiais de apoio visual, para que o atendimento seja realmente inclusivo e respeitoso.

A transformação do atendimento odontológico para pacientes com deficiência auditiva depende, portanto, de uma mudança cultural e estrutural no sistema de saúde. A comunicação eficaz é o primeiro passo para assegurar que todos os pacientes, independentemente de suas limitações auditivas, tenham acesso a um atendimento de qualidade. Somente com essa mudança será possível garantir que os direitos estabelecidos pelo Decreto nº 5.626/2005 sejam plenamente cumpridos, promovendo uma experiência de cuidado mais humana, digna e inclusiva para a comunidade surda.

4. CONCLUSÃO

Este estudo revelou que as barreiras comunicacionais são os principais desafios enfrentados por pacientes com deficiência auditiva no atendimento odontológico. A análise das dificuldades vivenciadas por esses indivíduos mostrou que, apesar das garantias legais estabelecidas pelo Decreto nº 5.626/2005, que prevê o direito ao atendimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos serviços de saúde, o contexto atual do atendimento odontológico ainda carece de adaptações para atender de forma inclusiva a essa população.

Foi observado que a ausência de profissionais capacitados em Libras, bem como a falta de estratégias efetivas de comunicação entre cirurgiões-dentistas e pacientes surdos, compromete diretamente a qualidade dos serviços prestados. Isso resulta não apenas em falhas na compreensão dos procedimentos e diagnósticos, mas também na diminuição da autonomia dos pacientes, que se veem dependentes de terceiros para intermediar a comunicação.

Além disso, a dificuldade de comunicação pode gerar frustração, medo e insegurança, sentimentos que podem levar o paciente a evitar o tratamento odontológico, prejudicando sua saúde bucal a longo prazo. Assim, a inclusão de Libras no currículo de cursos de odontologia e a sensibilização de profissionais para a importância de uma comunicação eficiente são fundamentais para garantir um atendimento mais humanizado e respeitoso.

Conclui-se, portanto, que a superação das dificuldades no atendimento de pacientes com deficiência auditiva depende de uma ação conjunta entre profissionais, instituições de ensino e políticas públicas. O aprimoramento da formação acadêmica, aliado a uma maior conscientização sobre as necessidades dessa população, é essencial para garantir o direito ao cuidado odontológico de forma plena, promovendo, assim, a inclusão e a equidade no acesso à saúde bucal.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, C. S.; ROCHA, R. R.; FELIPE, L. C. S. Atendimento odontológico de pacientes com deficiência auditiva. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 19, 2020.

LOPEZ, M. H.; GRIEBELER, W. R.; VERGARA, L. G. L. Barreiras de acessibilidade enfrentadas por pessoas surdas no setor de serviços: uma revisão integrativa da literatura. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**, v. 10, n. 17, p. 165-191, 2020.

MAIA, M. I. S. A importância da história dos surdos para o avanço da educação. **Porto das Letras**, v. 3, n. 1, p. 101-111, 2017.

MIRANDA, R. S.; SHUBERT, C. O.; MACHADO, W. C. A. A comunicação com pessoas com deficiência auditiva: uma revisão integrativa. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 6, n. 4, p. 1687-1706, 2014.

MONTEIRO, R.; SILVA, D. N. H.; RATNER, C. Surdez e Diagnóstico narrativas de surdos adultos. **Psicologia teoria e pesquisa**, v. 32, n. spe, p. e32ne210, 2016.

PADILHA, G. M.; FEITOSA, K. C. S.; ROCHA, A. P. Atendimento odontológico de pacientes com deficiência auditiva: enfrentando desafios. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 37, 2022.

PAIVA, C. E. Q. et al. Construção de uma tecnologia em saúde para identificação de sinais e sintomas em pacientes surdos. **Journal Health NPEPS**, v. 5, n. 2, 2020.

PEREIRA, R. M. et al. Percepção das pessoas surdas sobre a comunicação no atendimento odontológico. **Revista Ciência Plural**, v. 3, n. 2, p. 53-72, 2017.

RAMOS, T. S.; ALMEIDA, M. A. P. T. A Importância do ensino de Libras: Relevância para Profissionais de Saúde. **Revista de psicologia**, v. 10, n. 33, p. 116-126, 2017.

RODRIGUES, G. S. et al. **Sistema Único de Saúde: acessibilidade das pessoas surdas no interior da Bahia**. 2024.

SOUZA, E. B. et al. Libras no atendimento a pessoa surda no serviço de odontologia: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 3, p. 6942-6956, 2020.

SOUZA, M. T. et al. Ensino de libras para os profissionais de saúde: uma necessidade premente. **Revista Práxis**, v. 1, n. 2, 2009.